

A imparcialidade nas notícias do governo federal brasileiro:

avaliando o jornalismo no espaço da política

Impartiality in the news from Brazil's federal government: evaluating journalism within the political sphere

Lorena Maria Caliman Fontes

lorecaliman@gmail.com.

Universidade Federal da Bahia

<https://orcid.org/0000-0001-9566-2397>

https://doi.org/10.14195/2183-6019_9_5

Resumo

O artigo enfoca o jornalismo praticado no âmbito da comunicação governamental no Brasil, especificamente o programa de rádio Voz do Brasil – Notícias do Poder Executivo. A partir da compreensão de McQuail (2012) a respeito dos parâmetros de atuação da mídia de massa, o trabalho avalia o critério da imparcialidade em 79 unidades noticiosas radiofônicas, utilizando técnicas da análise de conteúdo. No trabalho, a imparcialidade é compreendida a partir dos componentes de equilíbrio e neutralidade, avaliados através do acesso de fontes ao radiojornal e da classificação de asserções avaliativas. Apesar de ter como missão oficial levar informações de interesse público do governo federal aos cidadãos, o programa de rádio analisado atua reforçando uma imagem positiva para o governo e os governantes, reiterando vozes oficiais e colocando o cidadão como mero beneficiário dos serviços públicos. A prática profissional do jornalismo no contexto do veículo é problematizada a partir de suas relações com a empresa pública de comunicação brasileira (EBC) e a Secretaria Especial de Comunicação da Presidência da República (Secom).

Palavras-chave: Jornalismo; comunicação pública; Voz do Brasil; imparcialidade; regulação da mídia.

Abstract

This article focuses on the practice of journalism within government communication in Brazil, specifically the radio program Voz do Brasil - News from the Executive Branch. Based on McQuail's (2012) understanding of the parameters of mass media performance, this work analyzes the impartiality criterion in 79 radio news providers by means of content analysis techniques. Impartiality relates to the components of balance and neutrality evaluated via the access of sources to the news report and the rating of evaluative assertions. Although its official mission is bringing public interest information from the federal government to citizens, the radio program analyzed reinforces a positive image of the government and its leaders, reiterating official voices and relegating the citizen to a mere beneficiary of public services. The professional practice of journalism in the context of the vehicle is problematized in its relationship with the Brazilian public communication company (EBC) and the General Secretariat for the Communication of the Presidency (Secom).

Keywords: Journalism; public communication; Voz do Brasil; impartiality; media regulation.

¹ Lorena Caliman é jornalista e especialista em Comunicação Estratégica e Gestão de Marcas pela Faculdade de Comunicação (Facom) da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Atualmente, é mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas na mesma universidade (Póscom/UFBA), em Salvador, Bahia. Seu mestrado foi financiado pela CAPES. É membro do grupo de pesquisa Núcleo de Estudos em Jornalismo (NJOR), sob coordenação da Prof^a. Dra. Lia Seixas, sua orientadora.

Introdução

Programa de rádio mais antigo do país, o noticiário Voz do Brasil informa, de segunda a sexta-feira, sobre os principais assuntos e atividades do governo federal (Poder Executivo) e dos Poderes Legislativo e Judiciário, às 19h. A parcela do programa dedicada às notícias do Poder Executivo tem duração de 25 minutos e é seguida pelas notícias dos demais Poderes¹, totalizando uma hora de duração. As notícias do Poder Executivo, foco de nosso trabalho, têm sua produção sob responsabilidade da Empresa Brasil de Comunicação (EBC)², porém, são formalmente um

“produto” da Secretaria Especial de Comunicação da Presidência da República, a Secom.

Apesar de vinculadas à comunicação pública, que tem, dentre seus valores, as noções de promoção da formação cidadã, defesa da democracia, mobilização social e interesse público (Caliman Fontes, 2019), as Notícias do Poder Executivo são produzidas por uma diretoria específica da EBC, chamada de Serviços e Negócios. Neste contexto, a empresa pública atua como prestadora de serviços para o governo federal (Borges & Weber, 2013; Moura, 2017). Nessa conformação, jornalistas, editores e demais colaboradores de produtos como a TV Nbr – televisão governamental – e a Voz do Brasil – atuam em projetos editoriais particulares, voltados especificamente para disseminação de informações de

interesse dos cidadãos³ sobre o governo.

Embora parta de discussão mais ampla, elaborada ao longo da Dissertação de Mestrado desta autora (Caliman Fontes, 2019), a investigação aqui apresentada busca avaliar, a partir da análise das notícias, a adequação do jornalismo praticado na Voz do Brasil a valores de atuação da mídia de massa. Como base, utiliza-se a discussão de McQuail (2012), que compreende a comunicação pública como “complexa rede de transações informais, expressivas e solidárias que ocorrem na ‘esfera pública’ ou no espaço público em qualquer sociedade” (McQuail 2012, p. 17). Este espaço, atualmente, seria formado por “canais e redes de comunicação de massa e ao tempo e espaço reservado na mídia para dar

1 As notícias dos Poderes Judiciário e Legislativo são de responsabilidade das próprias Casas, não tendo sua produção ligada à Empresa Brasil de Comunicação (EBC), responsável apenas, no caso da Voz do Brasil, pelas Notícias do Poder Executivo.

2 A EBC é uma empresa pública que foi criada em 2008 após discussões ocorridas em 2007 durante o Fórum Nacional de TVs públicas. A intenção formal com sua criação foi a de regulamentar a complementaridade, prevista na Constituição Brasileira de 1988 (artigo 223), entre os sistemas privado, estatal e público de radiodifusão. A lei 11.652/2008, que criou a EBC, foi responsável por instituir o sistema público de radiodifusão brasileiro e criar uma Rede Nacional de Radiodifusão Pública. Apesar disso, a discussão sobre o caráter público

da EBC é atual. Para Bucci (2012; 2016), a EBC não pode ser caracterizada formalmente como pública, mas estatal, devido a sua vinculação jurídica com o governo federal. Sobre a criação da EBC e suas implicações no cenário das políticas de comunicação brasileiras, ver Miola (2012).

3 Conforme o site da Secom, na aba Canais/Voz do Brasil: “O programa de rádio A Voz do Brasil está no ar há mais de 70 anos. O objetivo é levar informação aos cidadãos dos mais distantes pontos do País. O programa tem uma hora de duração. Os primeiros 25 minutos são produzidos pela Empresa Brasil de Comunicação (EBC) e *levam aos cidadãos as notícias, de seu interesse, sobre o Poder Executivo federal*” (grifos nossos). Disponível em: <http://www.secom.gov.br/atuacao/canais/voz-do-brasil>. Acesso em 03 de novembro de 2018.

atenção a assuntos de interesse geral, cuja comunicação aberta e livre seja relevante e válida”.

Dentre os parâmetros de atuação assumidos pelo autor como norteadores da comunicação de interesse público, destacam-se três: a liberdade, a ordem/solidariedade e a justiça/igualdade. Esses, entendidos como pertencentes à sociedade ocidental contemporânea⁴, emanariam em outros: a liberdade seria composta por independência, acesso, diversidade e objetividade; a igualdade, pelo acesso, diversidade, objetividade e solidariedade; e a ordem pelos valores de solidariedade, controle social e cultura simbólica. Para os propósitos desta pesquisa, é dentro da noção de

objetividade que se encontra o ponto chave para a avaliação proposta.

Voz do Brasil, interesse público e projeto editorial

A noção de interesse público é entendida aqui a partir de contribuições como a de Gomes (2009), para quem as informações de interesse público são as que auxiliam o cidadão na tomada de decisões e atitudes em relação à esfera política. De maneira complementar, empregamos a visão de McQuail (2012), que sugere o uso da expressão como na noção de “interesse comum” ou “pragmático” (Downs, 1962), onde interesses conjuntos derivam de discussões e deliberações políticas traduzidas a partir dos valores comunicacionais citados acima.

No manual de jornalismo da EBC, empresa pública de radiodifusão responsável pela produção da Voz do Brasil, o interesse público surge enquanto princípio norteador: «O jornalista da EBC colhe informação tendo o interesse público como motivo e em nenhuma hipótese pode ser contaminado por ambições de outra natureza» (Empresa Brasil de Comunicação, 2013, p. 71).

Contudo, de acordo com informações obtidas via Lei de Acesso à Informação (Gerente Executivo de Serviços da EBC, 2018) a equipe da Voz do Brasil atende a projeto editorial próprio e se diferencia da EBC, na medida em que o seu Manual de Jornalismo

rege os veículos do sistema público de comunicação, composto pela Agência Brasil, TV Brasil e rádios Nacional e MEC. A Voz do Brasil é um programa cujo plano editorial é definido pela Secretaria Especial de Comunicação Social da Presidência da República (Secom), para a qual a EBC, (*sic*) presta serviços de comunicação (Gerente Executivo de Serviços da EBC, 2018, s/p).

Apesar de serem parte do quadro da EBC, os repórteres, editores e pauteiros que ali trabalham seguem parâmetros estabelecidos pelo “cliente” – no caso, a Secom. Também conforme informação vertida na Lei de Acesso à Informação (LAI), os jornalistas da Voz do Brasil devem “contextualizar os fatos em notas explicativas que troquem em miúdos a informação para

⁴ Entendemos que, enquanto proposta abrangente para atuação da mídia, a ideia de três grandes valores para a sociedade ocidental contemporânea pode parecer redutora. Apesar de reconhecermos as possíveis limitações ao acolhermos tal visão em nosso trabalho, destacamos o trabalho detalhista e enciclopédico de McQuail (2012) ao avaliar diversas legislações e regulamentações da comunicação em âmbito internacional. Ao comparar e comentar diversas regulamentações internacionalmente, o autor sugere os valores da liberdade, ordem e igualdade como capazes de traduzir, em âmbito internacional, as principais preocupações relacionadas à comunicação de interesse público.

que o ouvinte possa incorporá-la a seu vocabulário ativo e para que ele possa agir a partir do que ficou sabendo” (Gerente Executiva de Serviços da EBC, 2019). Os cinco pontos balizadores das notícias da Voz do Brasil foram elencados da seguinte maneira:

- 1 – O protagonista não é a autoridade, mas o cidadão. No texto da notícia, logo no lead, quem pratica a ação deve ser o cidadão. A reportagem na **Voz do Brasil** precisa inverter o paradigma tradicional da comunicação de governo e enfocar o assunto e o seu *impacto para o cidadão*;
- 2 – Deve-se indagar a notícia. O que o tema tem a ver com cada brasileiro? Por isso, mais importante que listar a velha fórmula do “o quê, quando, onde, como e por que”, é explicar o quê isso vai mudar na vida do cidadão. Se não for mudar, ou se for mudar só daqui a dez meses, repense a importância da notícia;
- 3 – Ser didático e traduzir os jargões em palavras que façam sentido para o ouvinte. Falar em “salário”

é melhor que dizer “remuneração”. Ser cuidadoso com expressões abstratas e pensar em soluções com substantivos concretos;

- 4 – O tom dialogado é melhor que o texto lido. Este recurso tem maior capacidade de aproximar o ouvinte dos *produtores da notícia*. O tom de uma reportagem, para ser bem entendida, precisa assumir um tom próximo do diálogo, no limite de uma conversa informal;
- 5 – Por fim, cuidado com números. Pesquisas apontam que a maioria do público de rádio não apreende as estatísticas com base exclusivamente em porcentagens. É preciso sempre ter muito cuidado com números para que eles sejam capazes de representar a mensagem principal. É bom usar comparações. (Gerente Executiva de Serviços da EBC, 2019, p. s/p, negrito no original, grifos nossos)

O foco das chamadas diretrizes editoriais do programa radiofônico recai sobre o modo de produção da notícia, mas não se detém sobre os princípios deontológicos que regem a atividade dos jornalistas de sua

redação. Parece-nos que, ao negar a vinculação dos quadros da Voz do Brasil ao Manual de Jornalismo da EBC, e ao oferecer como alternativa um “projeto editorial” com breves pontos balizadores para a produção noticiosa, há uma falta de definição sobre princípios profissionais mais amplos, abrindo-se espaço para o questionamento sobre até que ponto existe uma reflexão mais apurada sobre a prática profissional. Pesquisas anteriores, inclusive, discutem a diferenciação entre o jornalismo tradicional e o jornalismo praticado no âmbito dos três Poderes (Sant’Anna, 2005; Weber & Coelho, 2011). As noções de jornalismo institucional e de mídia das fontes problematizam aspectos da rotina dos jornalistas que trabalham entre o campo do jornalismo e da política, ou de empresas, além de aspectos inerentes ao resultado material dessas atividades. Weber e Coelho (2011) defendem, por exemplo, que o jornalismo nos Poderes é estratégico: o contraditório é ausente; a objetividade é discursiva, na forma de construção narrativa, mas não se vê implicada em questões como pluralidade e presença de críticas ao poder.

Imparcialidade

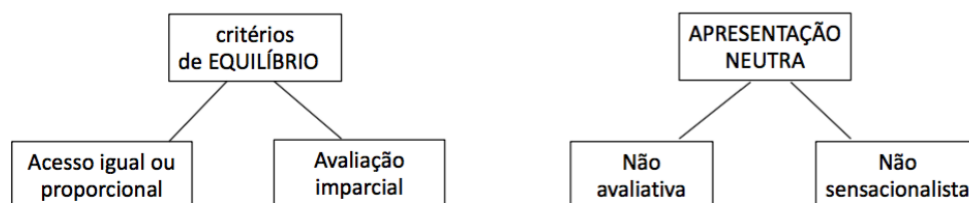


Figura 1. Aspectos

avaliativos da
objetividade: a
imparcialidade

Fonte: McQuail (2012)

Diante das especificidades e da falta de parâmetros deontológicos claros para essa produção noticiosa, propomo-nos a analisar em que medida os aspectos avaliativos da objetividade (McQuail, 2012), traduzidos como imparcialidade, são trazidos à tona nas notícias da Voz do Brasil. Neste trabalho, a imparcialidade é vista como composta pelos valores de equilíbrio e a neutralidade, conforme se ilustra na figura 1. A visão apresentada por McQuail (2012) deriva do trabalho de Westerstahl (1983), que debate a objetividade a partir de critérios regulatórios do Swedish Broadcasting Corporation e outras regulações internacionais. O foco do autor não é uma discussão filosófica, mas pautada no que chama de padrões e exigências sociais.

Outros autores, como Sponholz (2003) já questionaram as relações entre objetividade e imparcialidade. Para aquela autora, a imparcialidade não garante a objetividade, vista como busca por uma aproximação com a realidade objetiva. Contudo, a própria estudiosa cita estudo que considera a imparcialidade como maneira mais viável para analisar a objetividade jornalística:

O princípio da imparcialidade não foi desde o começo um ideal, mas sim claramente um meio para um fim. Além disso, o conceito de imparcialidade comprova ser essencialmente mais concreto e conduz menos a equívocos do que o de objetividade. As exigências de ambos princípios também podem ser compreendidas de maneira mais concreta e visível como dimensões da imparcialidade do que no quadro que a problemática da objetividade tem oferecido até agora. Por causa disso, aqui deve ser feita a proposta de – no interesse de um esclarecimento dessa norma profissional do jornalismo, como também da sua visibilidade e sua praticabilidade – substituir o conceito de objetividade de uma perspectiva da teoria do conhecimento (que conduz a erros) pela imparcialidade. (Schönhagen, 1998, p. 261 apud Sponholz, 2003, p. 117)

Sem o ensejo de esgotar a discussão sobre as relações entre imparcialidade e objetividade, mas ancorados, neste estudo, na proposta de McQuail

(2012), nos propomos a avaliar a imparcialidade no jornalismo na esfera da comunicação governamental a partir das pistas provocadas pelo diagrama apresentado abaixo.

Importa destacar que a proposta de McQuail (2012) também não considera a imparcialidade como única formadora da objetividade jornalística – esta, para o autor, inclui as noções de veracidade, relevância e informatividade numa dimensão cognitiva. A junção entre as dimensões cognitiva e avaliativa formaria, para McQuail, a visão mais ampla da objetividade. Neste trabalho, entendemos que a imparcialidade é critério desafiador para a comunicação jornalística produzida próxima às estruturas de Poder governamental. Como veremos adiante, o equilíbrio e a neutralidade são critérios que, quando expostos à avaliação, podem ensejar inferências interessantes sobre o jornalismo relacionado à comunicação de governo.

Metodologia

A partir da compreensão brevemente apresentada, analisamos os chamados critérios avaliativos da

objetividade na Voz do Brasil em dois períodos distintos. Foram analisadas 20 edições do programa radiofônico, sendo quatro semanas construídas (Herscovitz, 2007) a partir de momentos distintos de produção do radiojornal: o governo de Dilma Rousseff (PT) – em edições de janeiro/fevereiro de 2015 e abril/maio de 2016, antes do *impeachment* da presidente -; e o governo de Michel Temer (MDB) – após início do governo definitivo em setembro de 2016 e no final dele, em novembro/dezembro de 2018, totalizando um número de 79 unidades noticiosas. Foram avaliadas as matérias de destaque das edições em sua integralidade, incluindo também as chamadas dos apresentadores. As edições constam de segunda a sexta-feira, dias em que o programa é veiculado através da Rede Nacional de Rádio e pela internet.

As avaliações foram feitas a partir de ferramentas da análise de conteúdo (Bardin, 2016; Herscovitz, 2007). O equilíbrio, entendido a partir da noção de “acesso igual ou proporcional”, foi analisado a partir da análise e categorização de fontes (Guerra, 2007), classificadas por natureza e

*Na Voz do Brasil
existe uma
prelidadeção em
produzir avaliações
favoráveis aos
assuntos do governo
e com nenhum
tipo de crítica*

por circunstância. A avaliação de neutralidade fez-se a partir da técnica de análise de asserção avaliativa ou análise de avaliação (Bardin, 2016), sugerida inclusive por McQuail (2012) para o tipo de análise pretendida.

No que diz respeito à categorização de fontes, Guerra indica as seguintes classificações:

A) Quanto à Natureza

- 1) Oficial: autoridade governamental ou de qualquer órgão público. Subdivide-se em:
 - 1.1 Oficial por representação, quando exerce cargo político ou de direção/coordenação;
 - 1.2 Oficial de carreira: quando exerce função típica de estado, mediante concurso ou por mérito.
- 2) Representativa: exerce funções de representação em empresas ou organizações da sociedade civil.
- 3)⁵ Associativa: quando integrante de grupo, organizado ou não, que

5 No relatório original de Guerra (2007), há um pequeno erro na numeração das fontes, de forma que a lista salta de 2 (representativa) para 4 (associativa), sem haver um número 3. Aqui, a numeração aparece diferente uma vez que a contagem foi corrigida para corresponder à correta.

fala como membro do grupo mas sem a autoridade de representação seja porque não exerce funções de direção seja porque o grupo não é organizado.

- 4) Técnica: tem domínio técnico científico sobre o assunto objeto da matéria, e esse saber constitui a razão principal pela qual foi chamada a falar.
- 5) Pessoal: quando a fonte fala apenas por si mesmo.
- 6) Documental: fonte escrita/digital que forneça informações para a matéria e que seja reconhecidamente autêntica (o que não significa, necessariamente, que seja legal).

B) Quanto à Circunstância

- 1) Promotora: quando age diretamente para a ocorrência do fato.
- 2) Provocada: quando sofre as consequências diretas da ação geradora do fato.
- 3) Implicada: terceiros que se vêem de alguma forma envolvidos no fato, sem serem os promotores nem os provocados diretos.
- 4) Autorizada: quando o fato pertence à esfera de competência da qual a fonte é a responsável.

5) Testemunhal: fala apenas para ilustrar, contar ou explicar algum aspecto relacionado ao fato, sem que tenha envolvimento direto algum.

- 6) Classificação Exclusiva para fonte Documental:
 - 6.1 (E) Estatística;
 - 6.2 (L) Princípios, normas e leis;
 - 6.3 (P) Política (Guerra, 2007, p. 79-80).

Optamos por analisar as fontes com citação direta (sonoras, para o radiojornalismo). A presença das vozes das próprias fontes, em nosso entendimento, reforça e refina a avaliação do acesso dessas fontes ao radiojornal.

No que diz respeito à análise de neutralidade, a análise de asserção avaliativa, utilizada para tal, tem diversas aplicações, cujo intuito é identificar a carga avaliativa de uma mensagem ou as atitudes do locutor com relação aos objetos de que fala. A técnica tradicional consiste em avaliar intensidade e direção da avaliação. Utilizamos uma versão simplificada para avaliar a direção da avaliação, medindo, através da

análise de unidades significativas de contexto, posições favoráveis, desfavoráveis ou neutras aos chamados objetos de atitude identificados. Os objetos de atitude geralmente se ligam a conectores verbais e ao material avaliativo em questão. É importante destacar que o material avaliativo nem sempre será constituído de adjetivos ou advérbios, como pode também estar implícito em formações verbais ou outras expressões significativas.

Categorizamos as avaliações como aqueles conjuntos de asserções que continham juízo de valor, seja quanto ao “conjunto de qualidades” (Bardin, 2016, p. 212) – aquilo que o objeto é, os seus atributos ou qualificações; ou quanto ao “conjunto de performance”, “o que o objeto faz, ou seja, as suas ações”. Não foram consideradas avaliativas as asserções que continham juízos seguidos de dados, os justificando. Por exemplo, se o texto do repórter se dirige a uma variação no grau de desemprego no país como “positiva”, seguida de números que comprovem a qualificação, essa afirmação não é levada em consideração na análise.

Quadro 1. Fontes no período de governo
Dilma Rousseff (2015-2016)

Fonte: Elaboração própria

Fontes Quanto à Natureza			Fontes Quanto à Circunstância		
Oficial	47	71%	Promotora	24	37%
Pessoal	11	17%	Implicada	13	20%
Representativa	5	7,5%	Autorizada	12	18%
Técnica	2	3%	Testemunhal/provocada	6	9%
Associativa	1	1,5%	Testemunhal	6	9%
Documental	0	0%	Provocada	5	7%
Total:	66	100%	Total:	66	100%

Quadro 2. Fontes no período de governo
Michel Temer (2016 a 2018)

Fonte: Elaboração própria

Fontes Quanto à Natureza			Fontes Quanto à Circunstância		
Oficial	51	64%	Autorizada	31	39%
Pessoal	20	25%	Promotora	28	35%
Técnica	6	7,5%	Testemunhal	11	14%
Representativa	3	3,5%	Testemunhal/provocada	7	9%
Associativa	0	0%	Implicada	2	2%
Documental	0	0%	Provocada	1	1%
Total:	80	100%	Total:	80	100%

Resultados

Análise de vozes: o equilíbrio na Voz do Brasil

Foram contabilizadas 66 fontes com citação direta no período de governo de Dilma e 80 no período do governo de Temer. Do ponto de vista da natureza, os principais resultados foram similares, com destaque para as fontes oficiais (71% e 64%, respectivamente) seguidas das fontes pessoais (17% e 25%). A análise dos períodos reforça a percepção de que as fontes oficiais ganham grande destaque no acesso ao radiojornal estatal, o que confirma a dependência do produto em relação a essas fontes.

O destaque das vozes pessoais em segundo lugar em ambos os períodos é digno de nota, na medida em que suscita a questão sobre se tal representação é uma abertura ao debate público defendido nos estudos sobre comunicação pública e jornalismo. Contudo, a presença das fontes pessoais esteve quase sempre ligada, do ponto de vista da circunstância, às fontes testemunhais ou testemunhais/provocadas⁶, o que demonstra uma limitação do programa radiofônico em

incluir o cidadão como debatedor dos assuntos tratados.

Verificamos, portanto, que o cidadão enquanto fonte pessoal não foi incluído como parte do debate público. Nas poucas vezes em que houve debate, ele entrou na voz de fontes representativas ou associativas, inclusive no momento de análise que englobou o mês anterior ao afastamento da presidente Dilma Rousseff. É importante observar que a presença das fontes representativas e associativas apareceram, em sua totalidade, defendendo um único ponto de vista – a versão oficial. A própria presença maior de fontes representativas no primeiro período está relacionada à construção de discursos voltados à

6 Houve apenas duas ocorrências de fontes pessoais como implicadas, no segundo momento do governo Michel Temer. A reportagem abordava moradores argentinos que teriam sua rotina modificada por conta da realização da cúpula do G-20 em Buenos Aires.

Fontes Quanto à Natureza			Fontes Quanto à Circunstância		
Oficial	98	67%	Promotora	52	36%
Pessoal	31	21%	Autorizada	43	29%
Técnica	8	5,5%	Testemunhal	17	12%
Representativa	8	5,5%	Implicada	15	10%
Associativa	1	1% (aprox..)	Testemunhal/provocada	13	9%
Documental	0	0%	Provocada	6	4%
Total:	146	100%	Total:	146	100%

Quadro 3. Resumo do período total de análise das fontes (equilíbrio)

Fonte: Elaboração própria

defesa da figura governamental da época.

No que tange às fontes técnicas, que aumentaram de quantidade no segundo período de análise, fica patente uma tímida tentativa de incluir fontes não ligadas diretamente às atividades do governo federal no noticiário nesse período analisado.

Na comparação entre as fontes classificadas por circunstância, observamos que apesar de terem aparecido em ordens diferentes nos dois períodos, as fontes promotoras tiveram uma porcentagem similar nos dois casos (37% e 35%). As fontes autorizadas ganharam maior destaque no segundo período, em pautas ligadas a regulamentações, políticas públicas e cidadania. Esse resultado também pode ser interpretado como reflexo da mudança do formato do radiojornal, ocorrido em outubro de 2016. Conforme divulgação da Agência Brasil⁷, o programa passaria a ser mais “interativo e próximo do cidadão” (Brandão, 2016). Os achados relativos às fontes promotoras revelam também a estreita

correlação dessas com as fontes oficiais: 51% e 55% das fontes oficiais foram também promotoras, respectivamente, no primeiro e no segundo período analisados.

O número mais alto de fontes implicadas no primeiro período de análise teve relação com as reportagens e notas que discutiam o impedimento da presidente Dilma Rousseff. O aumento no número desse tipo de fonte não significa, contudo, que houve um maior equilíbrio quanto ao acesso das fontes, mas justamente o reforço de uma característica criticada nos estudos sobre comunicação governamental: a de sustentar a imagem pública do governante. Dentre as fontes implicadas encontradas no período, tiveram destaque vozes oficiais que apoiavam e defendiam o mandato da presidente – deputados e governadores do mesmo partido, ministros do governo – enquanto não foram trazidas vozes com opinião contrária, que representassem a oposição no plano político.

É interessante observar, no quadro acima, como a distribuição dos tipos de fonte é mais igualitária quando considerada a circunstância. Naturalmente, isso demonstra a importância de

diferenciar os dois tipos de classificação – por natureza e por circunstância – e como elas se complementam para uma análise do equilíbrio. Percebe-se, ao visualizar os dados dos dois períodos, a forte predominância das fontes oficiais, que estiveram quase sempre relacionadas com as circunstâncias de promotoras e autorizadas.

Os achados coadunam com o que Wahl-Jorgensen et al. (2017) lembram ao citar estudos de fontes no noticiário. Citando Gans (1979), os autores ressaltam a comum predominância das fontes “conhecidas” em relação às fontes “desconhecidas”.

Because journalists overwhelmingly rely on the voices of elites (e.g. Manning, 2001), they have a disproportionate influence on the media agenda (Reese, 1990), acting as the ‘primary definers’ who set the framework of interpretation against which all subsequent voices are forced to insert themselves (Hall et al., 1973). By contrast, ordinary people who appear in the news are constructed primarily as passive consumers, reacting to the agendas

⁷ Agência pública de notícias, que faz parte da EBC.

Quadro 4. Quantificação de avaliações por categoria de objeto de atitude (período Dilma)

Fonte: Elaboração própria

Categorias	Avaliações		
	Favorável	Neutra	Desfavorável
PG – programas governamentais	8	0	0
SC – serviços do governo ao cidadão	7	1	0
GF – governo federal	6	0	0
RE – previsões e expectativas	4	3	0
BR – Brasil para relações exteriores	3	0	0
CA – campanhas	1	0	0
PP – resultados de políticas e projetos	1	0	0
SE – serviços não ligados ao governo	2	0	0
PA – parcerias do governo	3	2	0
CG – características do governo	0	0	0
CR – crises, impeachment	1	0	10
OP – opositores políticos	0	0	5
AP – apoiadores dos governantes	1	0	0
GV – pessoas do governo	3	0	0
PF – pessoas de fora do governo	0	0	0
EC – questões econômicas	1	0	0
PE – performance do Estado	3	1	0
EX – relações exteriores (sem Brasil)	1	0	0
NE – números e dados não governamentais	0	0	0
PO – órgãos de outros Poderes	0	0	0
Total por avaliação	45	7	15
Total	67 expressões avaliativas		

set by these elites (Lewis et al., 2005). This means that journalism reproduces the power structure of the society (e.g. Berkowitz, 2009: 109; Carlson and Franklin, 2011: 1). (Wahl-Jorgensen et al., 2017, p. 5-6)

Análises avaliativas: a neutralidade na Voz do Brasil

Os diversos objetos de atitude encontrados ao longo da análise foram classificados em 20 categorias, geradas a partir do próprio conteúdo analisado. Por conta da limitação de

espaço, a tabela com a categorização dos objetos de atitude foi suprimida neste artigo, mas as categorias são apresentadas resumidamente, ao lado das siglas, à medida que aparecem nas tabelas apresentadas a seguir com os resultados das análises avaliativas.

Categorias	Avaliações		
	Favorável	Neutra	Desfavorável
PG – programas governamentais	10	4	0
RE – previsões e expectativas	9	2	0
PA – parcerias do governo	7	0	0
GF – governo federal	6	1	0
BR – Brasil em relações exteriores	6	0	0
SC – serviços do governo ao cidadão	6	0	0
PE – performance do Estado	5	1	0
NE – números e dados não governamentais	3	0	1
PP – resultados de políticas e projetos	2	1	0
CG – características do governo	2	0	0
CA – campanhas	1	0	0
SE – serviços não ligados ao governo	1	1	0
AP – apoiadores dos governantes	1	0	0
GV – pessoas do governo	0	1	0
PF – pessoas de fora do governo	1	0	0
CR – crises, impeachment	0	0	1
PO – órgãos de outros Poderes	1	0	0
OP – opositores políticos	0	0	0
EC – questões econômicas	0	0	0
EX – relações exteriores (sem Brasil)	0	0	0
Total por avaliação	61	11	2
Total	74 expressões avaliativas		

Quadro 5. – Quantificação de avaliações por categoria de objeto de atitude (período Temer)

Fonte: Elaboração própria

O primeiro período de análise somou 67 expressões avaliativas, 45 (67%) delas favoráveis, 7 (10%) neutras e 15 (22%) desfavoráveis. As categorias com maior destaque nas avaliações favoráveis estiveram ligadas ao governo, como as categorias

de programas governamentais (18%), serviços do governo aos cidadãos (15,5%), o próprio governo federal (13,5%) e previsões e expectativas de realizações relacionadas à esfera governamental. Da mesma forma, as avaliações neutras também tiveram

como destaque os assuntos ligados à esfera política do governo federal. Por sua vez, as avaliações desfavoráveis recaíram sobre as categorias de crises/impeachment (66,5%) e às vezes de oposição política (33,5%). Esses resultados demonstram, portanto, uma

predileção do radiojornal em produzir avaliações favoráveis aos objetos governamentais e nenhum tipo de crítica a ele. As críticas ficam reservadas exclusivamente a assuntos que se opõem, criticam ou ameaçam a boa imagem do governo e de seus representantes.

Abaixo, reproduzimos o quadro de resultados referente ao período de governo Michel Temer.

O segundo período de análise trouxe um número maior de avaliações, 74, com aumento considerável no percentual de avaliações favoráveis: 61 (82,3%). As avaliações neutras tiveram um aumento de 10%, no período Dilma, para 15% no período Temer (11 expressões avaliativas). Já as avaliações desfavoráveis caíram para apenas 2,7% (2 avaliações). O contexto político diverso teve grande impacto nesse número: enquanto, no período de governo Dilma havia um forte ambiente de crise entre governo federal e Congresso (Poder Legislativo), o período de governo de Michel Temer foi marcado por uma boa relação entre esses Poderes. De forma que apenas duas expressões avaliativas desfavoráveis foram encontradas; uma

O debate público e a mobilização social não são valores encontrados no programa Voz do Brasil

delas dizendo respeito a um contexto de crise e a outra, dizendo respeito a números não governamentais.

A alteração no percentual de avaliações desfavoráveis numa comparação entre dois momentos de governo demonstra a ligação profunda do programa radiojornalísticos com o governo federal: no momento de crise, há críticas e avaliações desfavoráveis a objetos de atitude que representam oposição; no momento mais ameno, não se vê o mesmo comportamento. Porém, a continuidade na manutenção da produção de avaliações favoráveis se vê nos dois momentos, com 67% e 82,3% de avaliações favoráveis, como vimos, a objetos de atitude ligados ao governo. Assim como no período Dilma, no governo de Temer as avaliações favoráveis também estiveram ligadas principalmente a objetos de atitude como programas governamentais (16,3%), previsões e expectativas governamentais (14,7%), parcerias do governo (11,4%), governo federal, Brasil e serviços do governo (10% cada), para citar os destaques. O padrão quanto às avaliações neutras permaneceu entre os dois períodos, também trazendo em primeiro plano

avaliações voltadas a programas, previsões, serviços, performance, políticas e pessoas do governo federal. Contudo, observou-se um crescimento na utilização de atos verbais conjeturais (Seixas, 2000) para as avaliações nesse segundo período, o que fez com que houvesse crescimento na porcentagem de avaliações consideradas neutras.

A soma das avaliações nos dois períodos totalizou 141 expressões avaliativas. Tomando os resultados em sua totalidade, foram 76% de expressões favoráveis, 12% de avaliações neutras e 12% de avaliações desfavoráveis no total, reforçando a tendência do produto analisado em reforçar avaliações favoráveis no material produzido, com foco em avaliações voltadas aos próprios temas do governo que é o grande ator em foco no noticiário.

Conclusões

Este artigo trouxe um resumo dos resultados de uma avaliação de imparcialidade na Voz do Brasil – Notícias do Poder Executivo, conforme proposta teórica de McQuail (2012). Com ferramentas da análise de conteúdo, a pesquisa analisou 79 unidades noticiosas radiofônicas, além

de chamadas de apresentadores, e avaliou o material a partir da categorização de fontes com citações diretas e da análise de asserção avaliativa. Os resultados demonstraram foco do programa na manutenção do destaque dado às vozes oficiais, primordialmente enquanto promotoras dos próprios assuntos abordados; e também como autorizadas, principalmente no segundo período de análise. A tentativa de trazer as fontes oficiais como autorizadas, no momento mais recente, demonstra a busca do produto por um discurso mais técnico; tal resultado é reforçado pelo aumento na quantidade de fontes técnicas e de fontes pessoais no segundo período de análise (governo Michel Temer). Apesar de ser trazido como fonte ao longo das notas e reportagens analisadas, o cidadão não é visto como parte do debate público, mas como mera testemunha dos fatos e acontecimentos. O debate público e a mobilização social são, no entendimento deste trabalho, cruciais para o jornalismo e para a comunicação pública. Contudo, não são valores encontrados no discurso do programa Voz do Brasil – Notícias do Poder Executivo.

O programa de rádio Voz do Brasil é o mais antigo em emissão no país, existente desde 1935. Com o passar dos anos, a percepção pública de que o programa trazia apenas notícias “favoráveis” ao governo tornou-se senso comum. Nosso trabalho verificou que essa tendência permanece presente no discurso jornalístico do programa, que, apesar de ser focado em fatos e notícias sobre o governo (conforme projeto editorial), emite avaliações, sobretudo favoráveis (76%), voltadas principalmente a assuntos que dizem respeito ao próprio governo. O jornalismo prevê a separação entre fatos e opiniões, porém, num produto voltado apenas a fatos e sem colunas de opinião, foram encontradas 141 expressões avaliativas. Dessas, 12% foram neutras em todo o período, e outros 12% foram de avaliações desfavoráveis a objetos de atitude que, por sua vez, não diziam respeito ao governo e seus representantes.

É importante salientar que os julgamentos encontrados nas análises avaliativas foram, em 41% das vezes, feitos diretamente pelos repórteres, sem recorrer ao uso “judicioso” das aspas (Tuchman, 2016). Contudo,

outros 59% das avaliações decorreram de discurso indireto, que reproduziu, sobretudo, as opiniões das mesmas vozes oficiais, promotoras e autorizadas que surgiram em destaque nas análises de equilíbrio.

As análises realizadas demonstram, em suma, uma persistente dificuldade ou relutância do produto radiojornalístico em variar o acesso das fontes ao radiojornal. Fontes pessoais não surgem como protagonistas, apesar do previsto no projeto editorial. Por outro lado, o conteúdo também não é esvaziado de julgamentos, ou ao menos próximo da neutralidade em suas avaliações. Por fim, assinalamos a atual importância de discutir a atividade jornalística na conjunção com a esfera política e suas implicações para a produção noticiosa.

Referências bibliográficas

- Bardin, L. (2016). *Análise de Conteúdo (Edição revista e actualizada)*. Lisboa: Edições 70.
- Borges, T. G. F., & Weber, M. H. (2013). O noticiário na tv nbr entre o público e o governamental. *V Congresso da Compolítica*. Curitiba: PR.
- Brandão, M. (31 de outubro de 2016). A Voz do Brasil estreia hoje em novo formato. *Agência Brasil*. Retirado em 12 de junho de 2019 em <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-10/voz-do-brasil-estrela-hoje-em-novo-formato>
- Caliman Fontes, L. M. (2019). *Imparcialidade na Comunicação Governamental: avaliação das notícias do Poder Executivo da Voz do Brasil em dois governos. 191f*. (Dissertação Mestrado em Comunicação e Cultura Contemporâneas). Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, Salvador.
- Empresa Brasil de Comunicação (2013). *Somente a Verdade – Manual de Jornalismo da EBC*. Brasília: EBC.
- Downs, A. (1962). The public interest: Its meaning in a democracy. *Social Research*, 29(1), 1-36.
- Gerente Executivo de Serviços da EBC (2018). Consulta de Pedido. Retrieved January 28, 2018, from <https://esic.cgu.gov.br/sistema/Pedido/DetallePedido.aspx?id=qQ8R1WH6vJU=>
- Gerente Executiva de Serviços da EBC (2019). Consulta de Pedido. Retrieved March 14, 2019, from <https://esic.cgu.gov.br/sistema/Pedido/DetallePedido.aspx?id=2VYoiHXFZ90=>
- Gans, H. J. (1979). *Deciding What's News: A Study of CBS Evening News, NBS Nightly News, Newsweek and Time*. (D. A. G. Editor, Ed.) (25th Anniv). Evanston, Illinois: Northwestern University Press, Medill School of

- Journalism - Visions of the American Press.
- Gomes, W. (2009). Jornalismo e interesse público. *Jornalismo, Fatos e Interesses: Ensaios de teoria do jornalismo*. Florianópolis: Insular.
- Guerra, J. L. (2007). *Análise da Influência e de Resultados da Aplicação de Diferentes Técnicas Cognitivas de Produção Jornalística Monitorada na Cobertura do Tema “Violência – Geral e no universo infanto-juvenil”*. Universidade Federal de Sergipe: São Cristóvão.
- Herscovitz, H. G. (2007). Análise de conteúdo em jornalismo. In C. Lago & M. Benetti (orgs). (Eds.), *Metodologia de Pesquisa em Jornalismo* (Vol. 2, pp. 123-142). Petrópolis: Vozes.
- McQuail, D. (2012). *Atuação da Mídia: comunicação de massa e interesse público*. Porto Alegre: Penso Editora.
- Miola, E. (2012). *Sistema Deliberativo e Tensões entre Interesses Públicos e Privados: A criação da Empresa Brasil de Comunicação em debate no Congresso e na Imprensa. 294f*. Tese (Doutorado em Comunicação Social). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Minas Gerais: Belo Horizonte.
- Moura, D. A. de. (2017). *A Comunicação Pública no Rádio e a Cobertura do impeachment de Dilma Roussef: Um estudo de caso sobre A Voz do Brasil*. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
- Sant’Anna, F. (2005). *Mídia das Fontes: O difusor do jornalismo corporativo*. Casa das Musas Brasília.
- Seixas, L. (2000). *Os Atos Verbais Jornalísticos. Um Estudo dos “fazeres” jornalísticos por editorias de política*. (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Bahia).
- Sponholz, L. (2003). Objetividade em Jornalismo: uma perspectiva da teoria do conhecimento. *Revista FAMECOS*, (21), 110–120.
- Tuchman, G. (2016). A objetividade como ritual estratégico. In N. Traquina (Org.), *Jornalismo: Questões, teorias e “estórias”*. Florianópolis: Insular.
- Wahl-Jorgensen, K., Berry, M., Garcia-Blanco, I., Bennett, L., & Cable, J. (2017). Rethinking balance and impartiality in journalism? How the BBC attempted and failed to change the paradigm. *Journalism*, 18(7), 781–800.
- Weber, M. H., & Coelho, M. P. (2011). Entre jornalismo e poderes. In C. Silva, G. Kunsch, D. Berger (Ed.), *Jornalismo Contemporâneo: Figurações, impasses e perspectivas* (pp. 51–78). Brasília/Salvador: Compós: EDUFBA.
- Westerståhl, J. (1983). Objective news reporting: General premises. *Communication Research*, 10(3), 403–424.

